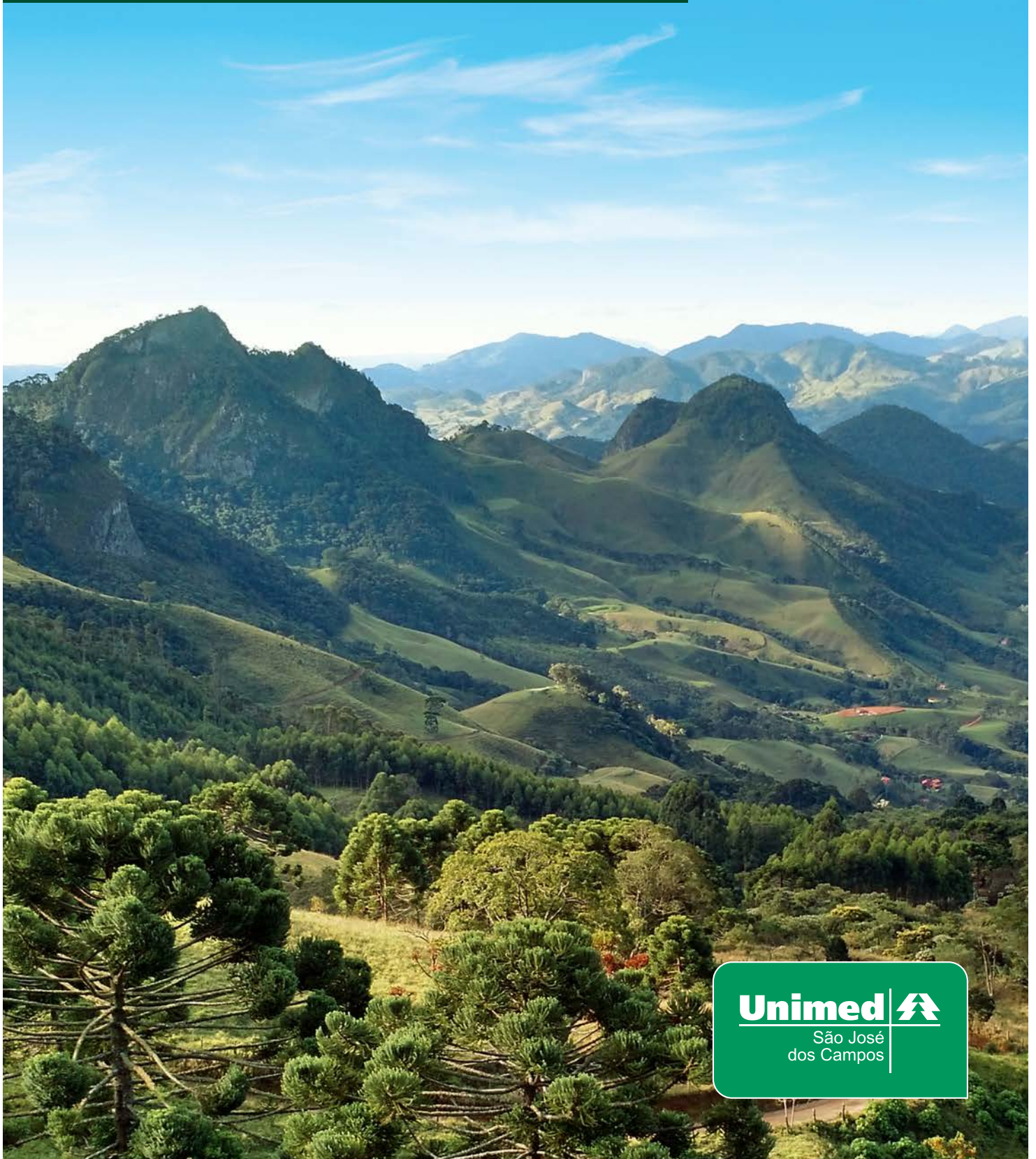


DF

UNIMED SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

2017

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO



Unimed 
São José
dos Campos

04

**BALANÇO
PATRIMONIAL
ATIVO**

05

**BALANÇO
PATRIMONIAL
PASSIVO**

06

**DEMONSTRAÇÃO
DO RESULTADO**

07

**DEMONSTRAÇÃO
DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO**

08

**DEMONSTRAÇÃO
DOS FLUXOS DE
CAIXA**

09

**NOTAS
EXPLICATIVAS**

36

**RELATÓRIO
DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**

39

**PARECER
DO CONSELHO
FISCAL**

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)

ATIVO	N.E.	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		124.310.839	91.939.844	121.383.617	92.819.700
DISPONÍVEL	5	3.383.272	379.391	3.642.950	419.055
REALIZÁVEL		120.927.566	91.560.453	117.740.666	92.400.465
<u>APLICAÇÕES FINANCEIRAS</u>	6	75.510.847	41.449.460	75.510.847	41.449.460
APLICAÇÕES GARANTIDORAS DE PROVISÕES TÉCNICAS		35.127.422	32.399.214	35.127.422	32.399.214
APLICAÇÕES LIVRES		40.383.425	9.050.247	40.383.425	9.050.247
CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	7	16.838.510	20.345.879	16.798.076	20.452.370
CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA A RECEBER		14.932.112	18.778.355	14.891.678	18.778.355
OPERADORAS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		49.037	52.659	49.037	52.659
OUTROS CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		1.857.361	1.514.865	1.857.361	1.514.865
CRÉDITOS DE OPER. ASSIST. À SAÚDE NÃO RELAC. C/ PL. DE SAÚDE DA OPS	8	15.625.411	16.998.627	15.625.411	16.998.627
DESPESAS DIFERIDAS		-	100.526	-	100.526
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS	9	1.092.145	2.502.177	2.525.431	4.430.517
BENS E TÍTULOS A RECEBER	10	9.866.291	7.701.160	5.194.354	6.355.854
DESPESAS ANTECIPADAS		700.446	492.294	792.632	642.960
CONTA-CORRENTE COM COOPERADOS	11	1.293.916	1.970.330	1.293.916	1.970.330
ATIVO NÃO CIRCULANTE		48.758.784	50.185.929	49.110.485	50.582.909
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.149.262	5.060.898	3.159.977	5.060.898
DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS	12a	2.804.424	4.624.936	2.815.139	4.624.936
CONTA-CORRENTE COM COOPERADOS	12b	344.838	435.963	344.838	435.963
INVESTIMENTOS	13	3.705.464	3.684.315	3.705.464	3.684.345
OUTROS INVESTIMENTOS		3.705.464	3.684.315	3.705.464	3.684.345
IMOBILIZADO	14	37.857.771	38.739.657	38.166.069	39.089.906
<u>IMÓVEIS DE USO PRÓPRIO</u>		3.404.343	3.388.744	3.404.343	3.388.744
IMÓVEIS - HOSPITALARES		3.051.520	3.116.873	3.051.520	3.116.873
IMÓVEIS - NÃO HOSPITALARES		352.823	271.871	352.823	271.871
<u>IMOBILIZADO DE USO PRÓPRIO</u>		13.779.145	10.032.074	14.063.385	10.372.824
HOSPITALARES		11.699.081	8.552.900	11.699.081	8.552.900
NÃO HOSPITALARES		2.080.064	1.479.174	2.364.304	1.819.924
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO		129.250	2.503.384	129.250	2.503.384
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES		20.545.033	22.815.455	20.569.090	22.824.955
INTANGÍVEL	15	4.046.287	2.701.060	4.078.975	2.747.760
TOTAL DO ATIVO		173.069.623	142.125.773	170.494.102	143.402.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)

PASSIVO	N.E.	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE		92.473.274	76.962.043	89.897.752	77.839.198
PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	16	40.907.555	37.175.002	40.907.555	37.175.002
PROVISÕES DE CONTRAPRESTAÇÕES		6.147.274	5.048.266	6.147.274	5.048.266
PROVISÃO DE PRÊMIO/CONTRAPRESTAÇÃO NÃO GANHA - PPCNG		5.969.690	4.872.963	5.969.690	4.872.963
PROVISÃO PARA REMISSÃO		177.584	175.302	177.584	175.302
PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR PARA SUS		8.245.470	7.825.445	8.245.470	7.825.445
PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR PARA OUTROS PREST. DE SERV. ASSISTENCIAIS		12.567.982	8.468.974	12.567.982	8.468.974
PROVISÃO PARA EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS (PEONA)		13.946.828	15.832.318	13.946.828	15.832.318
DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		40.478	28.937	40.478	28.937
RECEITA ANTECIPADA DE CONTRAPRESTAÇÕES		40.478	26.358	40.478	26.358
OPERADORAS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		-	2.579	-	2.579
DÉBITOS C/ OPERAÇÕES DE ASSIST. À SAÚDE NÃO RELAC. C/ PL. DE SAÚDE DA OPS	17	10.971.316	7.218.909	10.971.316	7.218.909
TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	18	11.647.131	7.762.382	11.957.475	8.195.176
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR	19	2.941.476	6.367.716	2.941.476	6.767.396
DÉBITOS DIVERSOS	20	25.965.318	18.409.096	23.079.452	18.453.779
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		18.048.304	20.137.743	18.048.304	20.537.423
PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	16	1.013.350	996.271	1.013.350	996.271
PROVISÃO PARA REMISSÃO		263.880	300.949	263.880	300.949
PROVISÃO DE EVENTOS A LIQUIDAR PARA O SUS		749.470	695.322	749.470	695.322
PROVISÕES		7.075.385	5.023.668	7.075.385	5.023.668
PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS	21	7.075.385	5.023.668	7.075.385	5.023.668
TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	18	8.926.415	10.208.443	8.926.415	10.208.443
PARCELAMENTO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES		8.639.859	9.827.549	8.639.859	9.827.549
TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES RELACIONADOS A IN 20 (COOPERATIVAS) - PARCELAMENTO		286.556	380.894	286.556	380.894
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR	19	537.900	3.121.202	537.900	3.520.882
DÉBITOS DIVERSOS		495.254	788.159	495.254	788.159
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		62.548.046	45.025.988	62.548.046	45.025.988
CAPITAL SOCIAL	22a	35.976.026	26.995.730	35.976.026	26.995.730
RESERVAS	22b	17.264.287	10.747.597	17.264.287	10.747.597
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		1.321.754	1.369.724	1.321.754	1.369.724
RESERVAS DE LUCROS E SOBRAS		15.942.533	9.377.873	15.942.533	9.377.873
RESULTADO - SOBRAS APURADAS	24	9.307.733	7.282.662	9.307.733	7.282.662
TOTAL DO PASSIVO		173.069.623	142.125.773	170.494.102	143.402.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)

	N.E.	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
CONTRAPRESTAÇÕES EFETIVAS GANHOS DE PLANO DE ASSIST. À SAÚDE		333.924.589	309.335.837	334.078.164	309.465.643
RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		342.835.955	320.551.204	342.989.530	320.681.010
CONTRAPRESTAÇÕES LÍQUIDAS / PRÊMIOS RETIDOS		342.801.168	320.677.038	342.954.743	320.806.844
VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSIST. À SAÚDE		34.787	(125.834)	34.787	(125.834)
(-) TRIBUTOS DIRETOS DE OPERAÇÕES C/ PLS DE ASSIST. À SAÚDE DA OPS		(8.911.366)	(11.215.367)	(8.911.366)	(11.215.367)
EVENTOS INDENIZÁVEIS LÍQUIDOS		(273.566.737)	(265.262.958)	(272.881.268)	(259.947.896)
EVENTOS CONHECIDOS OU AVISADOS		(275.452.227)	(263.070.977)	(274.766.757)	(257.755.915)
VARIAÇÃO DA PROVISÃO DE EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS		1.885.490	(2.191.980)	1.885.490	(2.191.980)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES C/ PLS DE ASSIST. À SAÚDE		60.357.852	44.072.880	61.196.896	49.517.747
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		141.167	120.475	141.167	120.475
RECEITAS DE ASSIST. À SAÚDE NÃO RELAC. C/ PLANOS DE SAÚDE DA OPS		40.236.447	36.733.016	40.505.567	36.983.915
RECEITAS C/ OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR		15.991.425	15.871.752	16.260.544	16.122.651
RECEITAS C/ ADM. DE INTERCÂMBIO EVENTUAL ASSIST. MÉDICO HOSPITALAR		22.295.832	20.369.700	22.295.832	20.369.700
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		1.949.191	491.564	1.949.191	491.564
(-) TRIBUTOS DIRETOS DE OUTRAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(2.540.958)	(1.949.065)	(3.375.118)	(2.810.247)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS COM PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(9.224.377)	(5.297.845)	(9.224.377)	(5.297.845)
OUTRAS DESPESAS DE OPERAÇÕES DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(1.510.993)	(1.825.386)	(1.510.993)	(1.825.386)
PROGRAMAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E PREV. DE RISCOS E DOENÇAS		(4.655.298)	(2.384.244)	(4.655.298)	(2.384.244)
PROVISÃO PARA PERDAS SOBRE CRÉDITOS		(3.058.086)	(1.088.215)	(3.058.086)	(1.088.215)
OUTRAS DESP. OP. DE ASSIST. À SAÚDE NÃO RELAC. C/ PLS SAÚDE DA OPS		(15.351.611)	(9.271.971)	(15.043.647)	(6.884.044)
RESULTADO BRUTO		73.618.520	64.407.490	74.200.489	71.630.001
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO		(2.409.374)	(3.589.862)	(2.409.374)	(3.589.862)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(52.164.042)	(44.754.745)	(55.867.620)	(52.389.730)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		2.657.341	(3.200.918)	2.586.873	(3.408.616)
RECEITAS FINANCEIRAS		6.254.589	5.153.750	6.255.021	5.159.540
DESPESAS FINANCEIRAS		(3.597.247)	(8.354.667)	(3.668.147)	(8.568.156)
RESULTADO PATRIMONIAL		(3.068.830)	(596.489)	123.246	23.685
RECEITAS PATRIMONIAIS		21.150	113.245	21.150	25.117
DESPESAS PATRIMONIAIS		(3.089.980)	(709.734)	102.096	(1.433)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		18.633.614	12.265.476	18.633.614	12.265.476
IMPOSTO DE RENDA		(432.990)	(16.068)	(432.990)	(16.068)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(161.636)	(9.641)	(161.636)	(9.641)
RESULTADO LÍQUIDO	24	18.038.988	12.239.768	18.038.988	12.239.768

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE SOBRAS	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESULTADO DO EXERCÍCIO - ATOS COOPERATIVO	RESULTADO DO EXERCÍCIO - NÃO ATOS COOPERATIVOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	24.849.770	4.596.240	1.417.694	2.548.529	-	33.412.232
AUMENTO DE CAPITAL						
CAPITALIZAÇÃO DAS SOBRAS LÍQUIDAS DE 2015	2.548.529	-	-	(2.548.529)	-	-
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL COM ENTRADA DE NOVOS COOPERADOS	61.452	-	-	-	-	61.452
DEVOLUÇÃO DE CAPITAL	(464.021)	-	-	-	-	(464.021)
REVERSÕES DE RESERVAS						
UTILIZAÇÃO DO FATES	-	(175.472)	-	-	-	(175.472)
RESERVA DE REAVALIAÇÃO:						
REALIZAÇÃO	-	-	(47.970)	-	-	(47.970)
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	-	-	-	12.261.422	(21.654)	12.239.768
RESULTADO NEGATIVO DO ATO NÃO COOPERATIVO ABSORVIDO P/ SOBRAS	-	-	-	(21.654)	21.654	-
PROPOSTA DA DESTINAÇÃO DA SOBRA						
RESERVA LEGAL 10%	-	1.223.977	-	(1.223.977)	-	-
RESERVAS ESTATUTÁRIAS FATES 5%	-	611.988	-	(611.988)	-	-
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO - 30%	-	3.121.141	-	(3.121.141)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	26.995.730	9.377.873	1.369.724	7.282.662	-	45.025.988
DESTINAÇÃO DA SOBRA						
FUNDO DE CONSTITUIÇÃO DA MARGEM DE SOLVÊNCIA	-	7.282.662	-	(7.282.662)	-	-
AUMENTO DE CAPITAL						
CAPITALIZAÇÃO SOBRAS LÍQUIDAS 2016 EM DEZ./17 (PÓS TAOEF)	7.282.662	(7.282.662)	-	-	-	-
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL COM ENTRADA DE NOVOS COOPERADOS	675.970	-	-	-	-	675.970
DEVOLUÇÃO DE CAPITAL	(1.014.714)	-	-	-	-	(1.014.714)
REVERSÕES DE RESERVAS						
UTILIZAÇÃO DO FATES	-	(130.216)	-	-	-	(130.216)
RESERVA DE REAVALIAÇÃO:						
REALIZAÇÃO	-	-	(47.970)	-	-	(47.970)
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	-	-	-	18.632.029	(593.040)	18.038.988
RESULTADO NEGATIVO DO ATO NÃO COOPERATIVO ABSORVIDO P/ SOBRA	-	-	-	(593.040)	593.040	-
PROPOSTA DA DESTINAÇÃO DAS SOBRAS						
RESERVA LEGAL 10%	-	1.803.899	-	(1.803.899)	-	-
RESERVAS ESTATUTÁRIAS FATES 5%	-	901.949	-	(901.949)	-	-
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	2.036.379	-	-	(2.036.379)	-	-
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO - 30%	-	3.989.028	-	(3.989.028)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	35.976.026	15.942.533	1.321.754	9.307.733	-	62.548.046

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (EM R\$)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
(+) Recebimento de Planos Saúde	360.115.026	345.937.145	360.702.447	346.436.064
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	1.870.079	4.122.793	1.870.079	4.122.792
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	5.198.602	-	5.198.602	-
(+) Outros Recebimentos Operacionais	135.774.313	119.848.746	136.516.186	120.695.929
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	262.940.204	240.215.127	258.008.352	232.309.213
(-) Pagamento de Comissões	1.469.911	1.801.372	1.469.911	1.801.372
(-) Pagamento de Pessoal	52.076.125	54.204.228	54.856.555	57.603.283
(-) Pagamento de Pró-Labore	3.506.395	4.606.814	3.506.395	4.606.813
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	52.329.443	48.627.144	52.329.443	52.922.830
(-) Pagamento de Tributos	12.342.084	13.068.914	14.484.110	13.669.555
(-) Pagamento de Processos Judiciais(Cíveis/Trabalhistas/Tributários)	3.387.237	5.405.855	3.387.237	5.405.855
(-) Pagamento de Aluguel	3.290.972	3.203.636	3.456.214	3.493.917
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	426.013	272.746	426.013	272.746
(-) Aplicações Financeiras	29.882.144	13.194.474	29.882.144	13.194.474
(-) Outros Pagamentos Operacionais	67.579.544	64.911.716	67.599.543	65.006.622
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.727.946	20.396.656	14.881.398	20.968.102
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Hospitalar	1.529.868	666.370	1.529.868	666.370
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	-	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.529.868)	(666.370)	(1.529.868)	(666.370)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	759.297	-	759.297	-
(+) Recebimento – Empréstimos/Financiamentos	-	416.154	-	416.154
(-) Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	605.000	3.014.718	605.000	3.204.473
(-) Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	8.365.819	17.633.411	9.299.256	18.023.006
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento	982.675	-	982.675	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(9.194.197)	(20.231.975)	(10.127.634)	(20.811.325)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA				
CAIXA – Saldo Inicial	379.391	881.080	419.055	928.647
CAIXA – Saldo Final	3.383.272	379.391	3.642.950	419.055
Ativos Livres no Início do Período (*)	9.429.638	5.589.433	9.469.301	5.637.000
Ativos Livres no Final do Período (*)	43.766.697	9.429.638	44.026.375	9.469.301
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES	34.337.059	3.840.204	34.557.074	3.832.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

(*) Refere-se ao saldo das contas 'Caixa' e 'Bancos Conta Depósito', mais o montante de aplicações financeiras não garantidoras das provisões técnicas e/ou vinculadas a garantias judiciais, isso é, aplicações sem cláusula restritiva de resgate.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed São José dos Campos Cooperativa de Trabalho Médico é uma cooperativa de serviços médicos-hospitalares, constituída por médicos cooperados em 13.02.1971 e tem por objetivo a defesa econômica e social do trabalho de seus cooperados, promovendo contratos para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalares individuais e coletivos. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país. A sociedade conta com 692 médicos cooperados, 144 serviços credenciados (hospitais, clínicas e laboratórios), SOS Unimed e serviços próprios composto por três prontos atendimentos, uma clínica de fisioterapia, um laboratório (2 usinas e 5 postos de coletas), um núcleo de atenção integral a saúde, três centros de especialidades médicas, dois hospitais dia e um hospital de alta e média complexidade. A cooperativa participa da rede de atendimento do Sistema Unimed Nacional. Sua área de ação abrange os municípios de Jacareí, Caraguatatuba, Ubatuba, São Sebastião, Ilhabela, Paraibuna, Santa Branca, Guararema, Salesópolis, Igaratá, Monteiro Lobato e São José dos Campos, onde está localizada sua sede administrativa.

2) PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A cooperativa atua na comercialização de planos de saúde, firmando, em nome dos associados, contratos de prestação de serviços com pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades de Pré-Estabelecido e Pós-estabelecido, a serem atendidos pelos médicos associados, rede própria, rede credenciada e intercâmbio. Possui registro de seus produtos na ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob nº 33.187-2.

3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS, bem como as interpretações e orientações emitidas por aquele Comitê e em conformidade com a Lei das Cooperativas nº 5.764/71.

A escrituração contábil segue a estrutura padrão definida no anexo da Resolução Normativa RN-ANS nº 418/16, que instituiu uma nova versão do Plano de Contas da ANS e um novo

NOTAS EXPLICATIVAS

modelo de apresentação das demonstrações financeiras, a serem adotados, obrigatoriamente pelas Operadoras de Planos de Assistência à Saúde.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1) BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos, quando existentes) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis da Cooperativa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota nº 4.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 14/02/2018.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Regime de Escrituração

A cooperativa adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das ingressos/receitas, custos e dispêndios/despesas quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento, considerando também que as mensalidades dos planos foram reconhecidas na forma de pró-rata dia.

b) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos, avaliação de instrumentos financeiros e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c) Aplicações Financeiras

Incluem aplicações financeiras resgatáveis no prazo contratado e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e com prazos de vencimentos superiores a três meses a contar da data de contratação registradas no curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas como ativo circulante.

Estão demonstradas ao custo de aplicação acrescida dos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2017, seguindo a apropriação pró-rata das taxas contratadas.

d) Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Os créditos de operações com planos de assistência à saúde são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa conforme parâmetros estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (Resolução Normativa RN-ANS nº 418 de 26/12/2016 – Normas Gerais – Anexo I item 10.2.3), que considera os títulos vencidos há mais de 60 dias da data do fechamento do exercício para os clientes pessoa física e 90 dias para os clientes pessoa jurídica e clientes de intercâmbio, e todos os demais títulos em aberto dos clientes que se enquadram nos critérios citados, após análise individual efetuada pela Administração.

e) Conta Corrente com Cooperados

Conta Corrente com cooperados: Os valores de curto prazo referem-se a créditos com cooperados dos adiantamentos feitos pela cooperativa e que serão descontados de suas produções mensais futuras.

Os créditos registrados com cooperados no longo prazo estão sendo registrados pelos valores deliberados por assembleia dos cooperados, corrigidos pela mesma atualização realizada pelas obrigações legais que originaram os mesmos.

f) Despesas Antecipadas

Os dispêndios/despesas antecipados foram registrados no Ativo Circulante, sendo apropriadas mensalmente pelo regime de competência.

NOTAS EXPLICATIVAS

g) Investimentos

Os investimentos em participações de outras entidades são registrados ao custo de aquisição, exceto o investimento relevante no laboratório Unimed Serviços de Diagnóstico Ltda, ao qual é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A cada data de fechamento do balanço patrimonial, existindo evidência de que o investimento sofreu perda, é constituída a provisão para desvalorização.

h) Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é constituído pelo custo de aquisição corrigido monetariamente até 31/12/1995. A lei 9.249/95 extinguiu a correção monetária do balanço a partir de 01/01/96. As depreciações foram calculadas pelo método linear a taxa que levam em conta a vida útil dos bens (com exceção dos terrenos que não sofrem depreciação), consoante ao pronunciamento CPC nº 17 e NBC TG 27 (R3) – Imobilizado, aprovada pela Resolução CFC 1177/09, cuja composição está detalhada em nota explicativa específica do Imobilizado (nota nº 14).

i) Arrendamento Mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo em empréstimos e financiamentos, pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas em Nota Explicativa.

j) Ativo Intangível

No ativo intangível estão classificados os gastos utilizados para implantação de sistemas corporativos e aplicativos e licenças de uso dos mesmos, os quais são amortizados utilizando-se o método linear ao longo da vida útil dos itens, de acordo com as premissas previstas no CPC nº 04 (R1) e NBC TG 04 (03) aprovada pela Resolução CFC 1303/10.

Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Cooperativa/Operadora e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

k) Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 393/2015 da ANS e suas alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pelas Resoluções Normativas - RN's nºs. 390/2015 e 393/2015 da ANS.

l) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

I - Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

II - Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivados com vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Cooperativa tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS

III - Recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante. Os recebíveis da Cooperativa compreendem o contas a receber de clientes, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A Cooperativa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como empréstimos e financiamentos, ou contas a pagar, conforme o caso. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

I - Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social

São calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, levando-se a tributação os valores provenientes de atos não cooperativos.

n) Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que

um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

o) Ativos e Passivos Contingentes

Apresentados de forma detalhada quanto à sua natureza, oportunidade e valores envolvidos, observados os procedimentos contidos no CPC nº 25 e NBCT TG 25 (R1) aprovada pela Resolução CFC nº 1180/09:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, distinguindo-se de passivos originados de obrigações legais. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados;

Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade e a legalidade de tributos e obrigações definidas em contrato.

p) Apuração de Resultado e Reconhecimento de Ingresso/Receita

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

São classificadas como “Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde”, o resultado líquido dos ingressos (receitas), acrescidas das receitas de transferências de responsabilidades (intercâmbio) e deduzidas as variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registrados por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação, modalidade da cobertura e classificados de acordo com os atos cooperativos principais, auxiliares e não cooperativos.

NOTAS EXPLICATIVAS

As receitas com as contraprestações de operações de assistência à saúde são reconhecidas na demonstração de sobras e perdas pelo respectivo período de cobertura contratual, respeitando o princípio da competência dos exercícios.

As despesas de comissões são reconhecidas na demonstração de sobras e perdas em consonância as receitas correspondentes.

As despesas com intercâmbios (serviços prestados por outras Unimed) são reconhecidas no momento em que avisadas pelas prestadoras e validadas pela Cooperativa.

As demais receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras e perdas observando-se o regime de competência dos exercícios.

Atos Cooperativos e Não Cooperativos

Os Atos Cooperativos são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Cooperativos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, sendo que, sem esta estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica. Como exemplo, cita-se a assistência odontológica, na qual nenhum dentista é cooperado da Unimed São José dos Campos e também os dispêndios com médicos não cooperados no atendimento de urgência e emergência em pronto socorro hospitalar.

Os critérios de alocação dos dispêndios e despesas gerais, bem como o faturamento e demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como segue:

- ▶ Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo;
- ▶ O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade;

► As despesas e as demais receitas indiretas são segregadas proporcionalmente ao faturamento apurado para o ato cooperativo e não cooperativo, desde que não seja possível separar objetivamente, o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

q) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Considerando as premissas estabelecidas no CPC nº 12 e NBC TG 12 – Resolução CFC nº 1151/09, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Cooperativa concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não efetuou nenhum ajuste a valor presente dos ativos e passivos.

r) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e cooperados e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados nestes prestadores e cooperados que não são cobrados/avisados na totalidade a Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados.

s) Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e prestação de serviços de operadora de plano de saúde e assistência médico e hospitalar, a Cooperativa está organizada em uma única unidade de negócio. Os serviços prestados pela Cooperativa, embora destinados a diversos segmentos de negócios da economia dos seus clientes, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes. Dessa maneira, os resultados da Cooperativa são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

NOTAS EXPLICATIVAS

t) Normas Internacionais de Contabilidade

A Cooperativa vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros e da ICPC-10 do Imobilizado, as quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de assistência à saúde no Brasil.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis as demonstrações contábeis da Cooperativa no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 418/96, a qual estabelece que em alguns casos não se aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando-se regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

5) DISPONÍVEL

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Caixa	7.100	6.900	21.867	7.699
Bancos conta movimento	3.376.172	372.491	3.621.084	411.356
TOTAL	3.383.272	379.391	3.642.950	419.055

6) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Segregadas entre Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas (representadas por quotas em Fundos de Investimentos dedicados ao setor de saúde suplementar em instituições financeiras administradoras conveniadas pela ANS) e Aplicações Livres (representadas basicamente por quotas em Fundos de Renda Fixa e Certificados de Depósitos Bancários), consoante às premissas previstas na RN-ANS nº 419/2016, mantidas junto às principais instituições financeiras do mercado, conforme descrito a seguir:

INSTITUIÇÃO	MODALIDADE	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
		2017	2016
Aplic. Garantidoras de prov. Técnicas			
Em Títulos de Renda Fixa – Privados			
Banco Bradesco S.A	Fundo FI ANS/BR	5.570.908	5.147.088
Banco Safra S.A.	Fundo FI ANS/BR	14.510.411	10.363.972
Banco Itaú S.A	Fundo UBB FI – Saúde	10.385.933	9.594.469
Banco Santander S.A	Fundo FI ANS/BR	3.076.291	1.475.815
Banco do Brasil S.A	Fundo RF LP DEDIC ANS	1.583.880	-
Banco Safra S.A	Renda Variável	-	5.817.870
Subtotal (Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas)		35.127.423	32.399.214
Aplicações Livres			
Em Títulos de Renda Fixa – Privados			
Banco Safra S.A.	TCM – Renda Fixa	18.240.716	3.113.532
Banco Sicoob	RDC – Longo Pós CDI	2.852.670	4.277.439
Banco Santander S.A	CDB – DI	9.130.250	1.659.275
Banco do Brasil S.A	BB Saúde Rec Livres	3.629.619	-
Banco Bradesco S.A	FICFI RF Refer. DI TOP	1.533.687	-
Banco Itaú S.A	CDB Plus	1.022.278	-
Em Títulos de Renda Variável			
Banco Safra S.A.	DBC – Deb Comprom / Box Opções	3.974.204	-
Subtotal das Aplicações Livres		40.383.424	9.050.246
TOTAL		75.510.847	41.449.460

NOTAS EXPLICATIVAS

7) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE

A composição dos “Créditos de Operações de Assistência a Saúde” está representada pelas contas demonstradas a seguir:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Contraprestações pecuniárias a receber	18.912.534	22.451.869	18.872.100	22.558.360
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(3.980.422)	(3.673.514)	(3.980.422)	(3.673.514)
Subtotal de Contraprestações Pecuniárias a Receber (a)	14.932.112	18.778.355	14.891.678	18.884.846
Operadoras de Planos de Saúde	49.037	52.659	49.037	52.659
Subtotal de Operadoras de Planos de Saúde (b)	49.037	52.659	49.037	52.659
Particip. dos beneficiários em eventos indenizados	1.963.837	1.651.513	1.963.837	1.651.513
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(106.476)	(136.648)	(106.476)	(136.648)
Subtotal Outros Créd. de Op. c/ Planos Assist. à Saúde (c)	1.857.361	1.514.865	1.857.361	1.514.865
TOTAL	16.838.510	20.345.879	16.798.076	20.452.370

(a) O saldo da conta “Contraprestações Pecuniárias a Receber” refere-se a valores a receber referente à créditos com planos de saúde da operadora. As Contraprestações Efetivas são apropriadas à receita no mês de competência, considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos.

(b) O saldo da conta “Operadoras de Planos de Saúde” refere-se a valores a receber referente a créditos com Outras Operadoras referentes às operações de plano de saúde;

(c) O saldo da conta “Participação dos Beneficiários em Evento Indenizados” refere-se a valores Coparticipação cobrado de clientes e outros créditos de Operações com Planos de Assist. À Saúde;

8) CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

A composição dos “Créditos Operacionais de Prestação de Serviços de Assistência à Saúde” está representada pelas contas demonstradas a seguir:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2017	2016
Contas a Receber	311	457
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(311)	(457)
Intercâmbio a Receber - Atendimento Eventual (a)	12.815.307	11.072.709
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.635.813)	(5.795.777)
Outros Créditos Oper. de Prest. de Ser. Médico-Hospitalar (b)	15.750.491	18.153.850
(-) Provisão para perdas sobre créditos	(5.304.575)	(6.432.155)
TOTAL	15.625.411	16.998.627

(a) O saldo da conta “Intercâmbio a Receber - Atendimento Eventual” refere-se a valores a receber referente a créditos com Outras Operadoras (Intercâmbio a receber), referente a prestação de serviços à saúde.

(b) O saldo da conta “Outros Créditos Operacionais de Prest. de Serv. Médico-Hospitalar” refere-se a Intercâmbio a Faturar, Intercâmbio Alta Administrativa a Faturar e Glosas de Intercâmbio em Análise.

9) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de Renda (a)	1.076.626	2.062.973	1.908.600	3.215.013
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	15.398	8.635	580.606	759.667
Crédito de Previdência Social	-	35.788	-	38.681
Crédito de PIS/COFINS	122	379.604	36.225	401.002
Imposto sobre Serviços - ISS	-	3.307	-	4.285
Outros Créditos Tributários e Previdenciários	-	11.870	-	11.870
TOTAL	1.092.145	2.502.177	2.525.431	4.430.517

NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Valores de retenção na fonte do Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicação financeira e da Lei 8.541/1992, que deverão ser utilizados para compensar o IRPJ devido a cada período, conforme parâmetros da legislação em vigor;

(b) Valores de retenção na fonte do CSLL sobre as faturas de contratantes órgãos públicos federais, autarquias e órgãos governamentais, não se aplicando aos demais contratantes PJ, e que deverão ser utilizados para compensar o IRPJ devido a cada período.

10) BENS E TÍTULOS A RECEBER

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Estoque (a)	3.727.126	2.279.239	4.327.376	2.735.863
Notas Promissórias (b)	365.584	849.448	365.584	849.448
Cheques e Ordens a receber	17.630	94.074	17.630	94.074
Adiantamentos a Funcionários (c)	102.823	329.461	118.819	373.794
Adiantamentos Diversos (d)	5.323.703	2.917.749	96.707	1.063.953
Outros Créditos ou Bens a Receber (d)	329.426	1.231.189	268.238	1.238.722
TOTAL	9.866.291	7.701.160	5.194.354	6.355.854

(a) Estoques valorizados pelo custo médio de aquisição, compostos por:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Item: Medicamentos e Mat. Hospitalares				
P.A. São José dos Campos	265.507	204.933	265.507	204.933
Hospital Santos Dumont	3.197.166	1.723.925	3.197.166	1.793.063
P.A. Litoral Norte	70.586	127.681	70.586	127.681
P.A. Jacaré	18.930	18.722	18.930	18.722
Outras Unidades	-	-	600.251	456.624
Item: Materiais Escritório e Manutenção				
Almoxarifado	174.938	134.840	174.938	134.840
TOTAL	3.727.126	2.279.239	4.327.376	2.735.863

(b) Notas Promissórias a receber, são basicamente acordo com clientes;

(c) Adiantamentos a funcionários são adiantamentos de férias e adiantamentos diversos;

(d) Refere-se à antecipação do pagamento da prestação pelos serviços de prestadores como clínicas, hospitais e laboratórios, que será descontado da prestação do serviço a pagar.

11) CONTA CORRENTE COM COOPERADOS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2017	2016
Adiantamento Cooperado	504.485	697.835
Desconto do Pagamento de Prestador (a)	789.431	1.272.495
TOTAL	1.293.916	1.970.330

(a) Refere-se a desembolsos realizados pela Cooperativa que serão descontados do pagamento da produção médica dos médicos cooperados no exercício subsequente.

12) ATIVO NÃO CIRCULANTE – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

(a) Depósitos Judiciais e Fiscais

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Depósitos Judiciais e Fiscais – Tributos (a.1)	495.254	201.609	495.254	201.609
Depósitos Judiciais – Cíveis (a.2)	1.960.265	4.068.533	1.960.265	4.068.533
Depósito Judiciais – Trabalhistas (a.2)	348.904	354.794	359.619	354.793
TOTAL	2.804.424	4.624.936	2.815.139	4.624.936

(a.1) Depósitos realizados a partir do exercício de 2016, destinados a fazer face a contestação da Taxa de Saúde Suplementar, mantidos em conta vinculada ao Mandado de Segurança imposto pela Unimed São José dos Campos, sobre o qual houve decisão favorável à Operadora no julgamento ao seu recurso de apelação pelo TRF 2ª Região, sendo reconhecida a ilegalidade da taxa, porém o processo ainda não foi transitado em julgado. O referido valor encontra-se correspondido por provisão mantida no Passivo Não Circulante (nota nº 21), cujos registros permanecerão vinculados até decisão final do judiciário.

(a.2) Destinados à cobertura em processos judiciais movidos principalmente por beneficiários em relação ao atendimento assistencial e dos funcionários em relação aos processos trabalhistas.

(b) Conta Corrente com Cooperados

NOTAS EXPLICATIVAS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2017	2016
Passivo Tributário a Receber de Cooperado	344.838	435.963
TOTAL	344.838	435.963

Na conta corrente Cooperado tem registrado o saldo a receber dos Cooperados que estão correlacionados ao parcelamento dos Impostos Federais “REFIS (2017-2016)” conforme detalhado na Nota Explicativa 18 (b), sendo ainda a realização deste ativo vinculado ao pagamento mensal do parcelamento obtido, de acordo com as normativas da IN 20/2008 da DIOPE/ANS.

13) INVESTIMENTOS

A Cooperativa possui as seguintes participações societárias:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Participações Soc. em Rede Assist. Não Hospitalar				
Unimed Serviços de Diagnósticos Ltda. (a)	1	1	-	-
Participações Soc. em Instituições Reguladas (b)	3.568.244	3.561.809	3.568.242	3.561.839
Unimed – Intrafederativa do Vale Paraíba	101.277	95.544	101.277	95.544
SICOOB Vale do Paraíba	112.263	111.561	112.261	111.591
Central Nacional Unimed	981.966	981.966	981.966	981.966
FESP Unimed Est. S. Paulo Fed. C. Médicas	2.372.738	2.372.738	2.372.738	2.372.738
Participações Soc. em Instituições Não Reguladas (b)	137.220	122.505	137.220	122.505
Unimed Participações Ltda.	135.780	121.065	135.780	121.065
Hospital Central	1.440	1.440	1.440	1.440
Aliança – Cooperativa Nacional Unimed	1.433	1.432	1.433	1.432
(-) Provisão para Desvalorização	(1.433)	(1.432)	-1.433	(1.432)
TOTAL	3.705.464	3.684.315	3.705.463	3.684.345

(a) Investimento avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial. A Cooperativa tem participação de 99,92% na Unimed Serviços de Diagnóstico Ltda, a qual é avaliada pelo Método de Equivalência Patrimonial;

(b) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

NOTAS EXPLICATIVAS

14) IMOBILIZADO

Os saldos e as movimentações das contas do imobilizado durante o exercício de 2017 estão assim representados:

(a) Quadro resumo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			
	2017			2016
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	1.921.334	-	1.921.334	1.921.334
Edifícios	3.844.464	(2.361.454)	1.483.009	1.467.410
Instalações	4.084.151	(3.132.442)	951.709	864.529
Máquinas e Equipamentos	20.045.974	(11.055.927)	8.990.048	7.118.773
Equip. de Informática	7.316.388	(5.726.631)	1.589.756	1.004.850
Móveis e Utensílios	4.819.819	(2.572.188)	2.247.632	1.043.922
Imobilizações em curso	-	-	-	2.503.384
Outras Imobilizações	33.770.302	(13.096.019)	20.674.283	22.815.455
Total do Imobilizado	75.802.432	(37.944.660)	37.857.771	38.739.657

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	2017			2016
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	1.921.334	-	1.921.334	1.921.334
Edifícios	3.844.464	(2.361.454)	1.483.009	1.467.410
Instalações	4.332.104	(3.309.254)	1.022.850	956.083
Máquinas e Equipamentos	20.418.036	(11.392.018)	9.026.019	7.159.591
Equip. de Informática	7.483.688	(5.872.998)	1.610.689	1.031.182
Móveis e Utensílios	5.285.227	(2.881.401)	2.403.827	1.225.967
Imobilizações em curso	-	-	-	2503384
Outras Imobilizações	33.879.252	(13.180.911)	20.698.341	22.824.954
Total do Imobilizado	77.164.106	(38.998.037)	38.166.069	39.089.906

NOTAS EXPLICATIVAS

15) INTANGÍVEL

(a) Quadro resumo:

É representado por:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA			
	2017			2016
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Softwares	11.208.036	(7.161.749)	4.046.287	2.701.060
Total do Imobilizado	11.208.036	(7.161.749)	4.046.287	2.701.060

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO			
	2017			2016
	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Softwares	11.293.229	(7.214.254)	4.078.975	2.747.760
Total do Imobilizado	11.293.229	(7.214.254)	4.078.975	2.747.760

16) PROVISÕES TÉCNICAS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2017	2016
Provisão de Contraprestação Não Ganha (a)	5.969.690	4.872.963
Provisão para Remissão (b)	177.584	175.302
Provisão de Eventos a Liquidar p/ o SUS (c)	8.245.470	7.825.445
Provisão de Eventos a Liquidar p/ Outros Prestadores (d)	12.567.982	8.468.974
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) (e)	13.946.828	15.832.318
Subtotal Provisões Técnicas – Passivo Circulante	40.907.555	37.175.002
Provisão para Remissão (b)	263.880	300.949
Provisão de Eventos a Liquidar p/ o SUS (c)	749.470	695.322
Subtotal Provisões Técnicas – Passivo Não Circulante	1.013.350	996.271
TOTAL	41.920.904	38.171.273

NOTAS EXPLICATIVAS

a) Provisão de Contraprestação Não Ganha

Corresponde a parcela das contraprestações emitidas em Dezembro/2017, cujo período de cobertura (vigência de risco) refere-se à Janeiro/2018.

b) Provisão de Remissão

Provisão constituída atuarialmente sobre contratos com cláusula de remissão, com vistas a garantia de cobertura de riscos contratuais em favor de beneficiários, após o falecimento do titular de planos de assistência à saúde

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

c) Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS

Provisão destinada à cobertura de eventos relacionados a Ressarcimento ao SUS, representados por Avisos de Beneficiários Identificados (ABI's) e Guias de Recolhimento à União (GRU's) emitidas contra a Operadora, registrados conforme disposições contidas na Instrução Normativa Conjunta – IN nº 5 de 30 de setembro de 2011 da DIOPE e DIDES da Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS.

d) Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores

Provisão destinada a garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos, registrados com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pela Operadora e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação dos prestadores de serviços. Sua composição é a seguinte:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2017	2016
Prestadores – Médicos Cooperados	3.625.029	1.106.328
Prestadores – Hospitais	3.868.099	2.171.690
Prestadores – Clínicas	4.764.385	4.964.819
Prestadores – Laboratórios	86.329	58.572
Prestadores – Médicos Não Cooperados	30.333	11.968
Intercâmbio a pagar	191.176	155.597
Reembolso a Pagar	2.630	-
TOTAL	12.567.982	8.468.974

NOTAS EXPLICATIVAS

e) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)

Provisão técnica destinada para cobertura dos eventos assistenciais que já tenham ocorrido, mas que ainda não são de conhecimento da Operadora na data do Balanço. Constituída de acordo com as disposições na RN nº 393/2015 expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e calculado conforme metodologia própria em nota técnica atuarial aprovada conforme Ofício nº 3627/2013/GGAME(GEHAIE)/DIOPE/ANS em 04/10/2013. Atuário responsável: Saulo Ribeiro Lacerda.

A provisão constituída está lastreada por ativos garantidores relativos a aplicações financeiras vinculadas.

17) DÉBITOS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADAS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Referem-se a valores a pagar à rede de prestadores de serviços de assistência à saúde (médicos cooperados e rede credenciada), relativos a atendimentos prestados a clientes não relacionados com planos de saúde da própria operadora, Intercâmbio Eventual e Autogestão.

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2017	2016
Prestadores – Médicos Cooperados	1.306.465	393.063
Prestadores – Hospitais	4.278.720	2.283.055
Prestadores – Clínicas	5.319.380	4.502.238
Prestadores – Laboratórios	46.963	31.737
Prestadores – Médicos Não Cooperados	19.788	8.816
TOTAL	10.971.316	7.218.909

18) TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

(a) Quadro resumo:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
TRIBUTOS E CONTRIB. RETENÇÕES DE IMPOSTOS - CIRCULANTE	8.952.983	5.401.611	9.263.328	5.834.404
IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS	378.730	261.321	418.530	294.722
INSS, IRRF E FGTS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO	2.849.560	1.549.250	3.059.860	1.657.162
IR RETIDO NA FONTE	3.197.710	1.400.070	3.204.159	1.405.517
INSS RETIDO DE TERCEIROS	642.375	603.623	648.062	608.673
COFINS E PIS / PASEP	1.828.717	1.574.430	1.874.555	1.606.669
OUTROS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	55.891	12.917	58.161	261.660
PARCELAMENTO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES - CIRCULANTE	2.694.148	2.360.771	2.694.147	2.360.771
PARCELAMENTO ISSQN	1.808.757	1.684.288	1.808.757	1.684.288
PARCELAMENTO COFINS	380.039	348.320	380.039	348.320
PARCELAMENTO PIS	82.342	75.469	82.342	75.469
PARCELAMENTO MULTAS PECUNIÁRIAS - ANS	60.425	60.425	60.425	60.425
PARCELAMENTO TSS - ANS	304.302	137.200	304.301	137.200
REFIS - PARCELAMENTO PIS/IRRF - RELAC. A IN-20 (A)	58.283	55.069	58.283	55.069
SUBTOTAL TRIBUTOS E ENC. SOCIAIS A RECOLHER - CIRCULANTE	11.647.131	7.762.382	11.957.475	8.195.175
PARCELAMENTO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES - NÃO CIRC.	8.926.415	10.208.443	8.926.415	10.208.443
PARCELAMENTO ISSQN	5.878.461	7.158.226	5.878.461	7.158.226
PARCELAMENTO COFINS	791.749	1.103.013	791.749	1.103.013
PARCELAMENTO PIS	171.545	238.985	171.545	238.985
PARCELAMENTO MULTAS PECUNIÁRIAS - ANS	659.637	720.062	659.637	720.062
PARCELAMENTO TSS - ANS	1.138.467	607.263	1.138.467	607.263
REFIS - PARCELAMENTO PIS/IRRF - RELAC. A IN-20 (a)	286.556	380.894	286.556	380.894
TOTAL DOS PARCELAMENTOS DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES	20.573.546	17.970.825	20.883.890	18.403.618

a) A cooperativa aderiu REFIS (PIS e IRRF) com transferência para Conta Corrente com Cooperados (longo prazo), de acordo com as normativas contidas na IN 20/2008 da DIOPE/ANS, que estão sendo pagos adequadamente.

NOTAS EXPLICATIVAS

19) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Essa conta é composta por:

INSTITUIÇÃO	MODALIDADE	JUROS E ENCARGOS	PRAZO	GARANTIAS	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	TOTAL EM 2017	TOTAL EM 2016
Bco Safra	Cap. de Giro	20,13% a.a	2017	30%Apli+86% Receb.	-	-	-	2.236.255
Bco Brasil	Cap. de Giro	20,27% a.a	2017	112% Recebíveis	-	-	-	833.333
Bco Itaú	Cap. de Giro	07,19% a.a.	2018	S/ Garantias	348.837	-	348.837	-
Empréstimos					348.837	-	348.837	3.069.588
Bco. Santander	CDC	14,57% a.a	2018	Fiduc. + Res. Domínio	227.495	-	227.495	489.301
Bco. Santander	CDC	16,35% a.a	2017	Fiduc. + Res. Domínio	17.455	1.337	18.792	98.416
Bco. Santander	CDC	17,04% a.a	2019	Fiduc. + Res. Domínio	16.981	2.575	19.556	-
Bco. Santander	CDC	16,77% a.a	2019	Fiduc. + Res. Domínio	754.409	389.297	1.143.706	1.755.329
Bco Itaú	Leasing	14,71% a.a	2018	Fiduc. + Res. Domínio	206.407	-	206.407	-
Bco Itaú	Leasing	16,21% a.a	2017	Fiduc. + Res. Domínio	-	-	-	22.212
Bco Itaú	Leasing	15,80% a.a	2018	Fiduc. + Res. Domínio	352.428	-	352.428	2.170.977
Bco Itaú	Leasing	16,63% a.a	2019	Fiduc. + Res. Domínio	111.536	28.175	139.711	106.844
Bco Itaú	Leasing	51,11% a.a	2018	Fiduc. + Res. Domínio	408.261	-	408.261	1.108.134
Bco Safra	CDC	17,88% a.a	2018	Fiduc. + Res. Domínio	-	-	-	668.116
Aymoré C. Financ.	Leasing	-	2018	Fiduc. + Res. Domínio	211.960	-	211.960	-
SG Equip. Financ.	Leasing	-	2019	Fiduc. + Res. Domínio	285.707	116.517	402.224	-
Financiamentos					2.592.639	537.900	3.130.539	6.419.329
CONTROLADORA					2.941.476	537.900	3.479.377	9.488.917
Controlada								
Bco Bradesco	Cap. de Giro	19,42% a.a	2018	100% Fiduc. Sede	-	-	-	799.360
CONSOLIDADO					2.941.476	537.900	3.479.377	10.288.277

A cooperativa captou parte dos empréstimos junto às Instituições Financeiras acima para financiar obras de melhorias dos seus Recursos Próprios e para a construção CDI e do Santos Dumont Hospital Litoral Norte e ampliação do hospital de média e alta complexidade Santos Dumont Hospital.

20) DÉBITOS DIVERSOS

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Férias a Pagar (a)	4.755.327	4.372.610	5.132.136	4.725.334
Outras obrigações com Pessoal	171.631	172.600	171.631	352.103
Fornecedores (b)	15.201.141	10.722.813	16.485.999	11.642.174
Outros Débitos a Pagar (c)	5.837.219	3.141.073	1.289.686	1.734.168
TOTAL	25.965.318	18.409.096	23.079.452	18.453.779

- a) As férias a pagar dos colaboradores estão calculadas com os encargos sociais.
- b) Este grupo de contas representa as obrigações da cooperativa com terceiros referente a aquisições de materiais e serviços.
- c) Neste grupo foram registradas as obrigações a pagar em 2017 decorrentes dos Aluguéis, Equivalência Patrimonial e outros débitos a pagar não compreendidos em contas específicas.

21) PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Segue quadro resumo de saldos:

DESCRIÇÃO	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2017	2016
Provisão para Ações Tributárias	1.289.437	775.914
Provisão para Ações Cíveis	4.103.576	3.174.594
Provisão para Ações Trabalhistas	1.682.372	1.073.160
TOTAL	7.075.385	5.023.668

A Cooperativa registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos tributários, trabalhistas e cíveis para as quais é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Cooperativa revisa suas estimativas e considera as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a estes processos.

22) CAPITAL SOCIAL, RESERVAS

a) CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está dividido entre 692 cooperados, sendo que o valor da quota parte é de R\$ 1,00 (um real).

Abaixo a composição do Capital Social na data do balanço:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Capital Social	35.976.026	26.995.730
TOTAL	35.976.026	26.995.730

NOTAS EXPLICATIVAS

a) RESERVAS

Reservas e fundos

As reservas regulamentadas por lei e estatuto da cooperativa estão assim compostas na data do balanço:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Reserva de Reavaliação		
Reserva de Reavaliação (i)	1.321.754	1.369.724
Total da Reserva de Reavaliação	1.321.754	1.369.724
Reservas de Lucros		
Fundo de Reserva (ii)	5.779.247	3.975.348
Fundo de Assist. Técnica, Educacional e Social – FATES (iii)	1.540.396	768.663
Fundo de Desenvolvimento (iv)	8.622.890	4.633.862
Total da Reserva de Lucros	15.942.533	9.377.873
TOTAL	17.264.287	10.747.597

i) Reserva decorrente de reavaliação do imóvel (terreno e edificação) sito Rua Vilaça, 820 Centro-SJC ao valor de mercado, conforme laudo elaborado pela empresa Polidoro & Padovani Eng^a S/C Ltda em 11 de janeiro de 2008.

Estatutariamente e de acordo com a Lei 5764/71, são previstas as seguintes destinações das sobras:

ii) Tem a finalidade de reparar eventuais perdas da cooperativa. É constituído por, no mínimo 10% (dez por cento) das sobras apuradas no Balanço anual.

iii) Tem a finalidade de prestar amparo aos cooperados e seus familiares bem como aos empregados da Sociedade, além de programar atividades de incremento técnico e educacional dos sócios cooperados. É constituído por, no mínimo 5% (cinco por cento) das sobras apuradas no Balanço anual e pelo resultado de operações com não associados.

iv) Tem por finalidade a destinação de 30% (trinta por cento) das sobras do exercício após deduzidos os percentuais do Fundo de Reserva, do FATES e dos Juros sobre Capital, destinado à construção ou arrendamento de sistema hospitalar próprio, criação e desenvolvimento de serviços de urgência, de diagnósticos e de atendimento a beneficiários, bem como, informatização de consultórios médicos e campanhas de marketing, sendo indivisível entre os cooperados.

23) JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A cooperativa conforme disposição estatutária e legal efetua o crédito de juros sobre capital próprio a seus cooperados até 6% a.a.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Juros sobre Capital Próprio	2.036.379	-
TOTAL	2.036.379	-

Em face do TAOEF aceito pela ANS em dezembro 2016, não foram pagos juros ao Capital Social conforme previsto no inciso III do art. 105º do Estatuto Social.

24) FORMAÇÃO E DESTINAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

DESCRIÇÃO	2017	2016
Resultado Líquido do Exercício		
Resultado dos Atos Cooperativos	18.632.028	12.261.422
Resultado dos Atos Não Cooperativos	(593.039)	(21.654)
Resultado antes das destinações	18.038.988	12.239.768
Destinações Estatutárias:		
(-) Reserva Legal (10%) e Result. dos Atos Não Cooperativos	(1.803.899)	(1.223.977)
(-) FATES (5%) e Resultado dos Atos Não Cooperativos	(901.949)	(611.988)
(-) Juros sobre Capital Próprio	(2.036.379)	-
(-) Fundo de Desenvolvimento (30%)	(3.989.028)	(3.121.141)
TOTAL	9.307.733	7.282.662

25) MARGEM DE SOLVÊNCIA

Margem de Solvência - Determina o nível econômico que o patrimônio líquido das Operadoras de Planos de Saúde deverá atingir.

A Margem de Solvência exigida em 31 de dezembro de 2017 soma o montante de R\$ 51.209.739 (R\$ 41.361.354 em 2016), correspondente a 60,72% do total exigido até Dez/2022 conforme RN 313/2012, para a qual o patrimônio líquido ajustado em conformidade com as normas da ANS, é de R\$ 54.542.129 (R\$ 38.611.861 em 2016).

A Entidade apresenta suficiência para o cálculo da Margem de Solvência da ordem de R\$ 3.332.390 em 2017.

NOTAS EXPLICATIVAS

26) COBERTURA DE SEGUROS

A Cooperativa possui cobertura de seguros por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas em seu patrimônio, com a Tokio Marine Seguradora S.A., apólice nº 960 0000001145, vigência das 24 horas do dia 20/05/2017 até às 24 horas do dia 20/05/2018.

A apólice possui cobertura contra sinistros de incêndio, explosão, danos elétricos, subtração de bens, equipamentos eletrônicos, acidentes provenientes de impactos de aeronaves e veículos e sinistros ambientais. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017, é assim demonstrada:

ITENS COBERTOS	TIPO DE COBERTURA	VALOR SEGURADO
Imóveis, Instalações, Equipamentos, Máquinas e Móveis	Incêndio, Raio, Explosão, Implosão e Fumaça	45.760.000
	Lucros Cessantes (Despesas Fixas), em decorrência de Incêndio, Raio, Explosão, Implosão. Período Indenitário: 6 Meses	3.300.000
	Vendaval, Furacão, Ciclone, Tornado E Granizo	2.200.000
	Danos Elétricos	2.200.000
	Aluguel - Perda Ou Pagamento, Em Decorrência De Incêndio, Raio, Explosão, Implosão Fumaça Período Indenitário: 12 Meses	1.287.697
	Roubo E Furto Mediante Arrombamento	440.000
	Equipamentos Eletrônicos	550.000
	Equipamentos Móveis (Operados Local do Risco)	1.100.000
	Equipamentos Estacionários	5.500.000
	Valores No Interior do Estabelecimento	11.000
	Valores Em Trânsito	11.000
	Quebra De Vidros, Espelhos e Mármore	66.550
	Responsabilidade Civil e Operações	550.000
	Recomposição de Registros e Documentos	55.000
	Alagamento e Inundação	550.000
	Quebra de Máquinas	55.000
	Impacto de Veículos e Queda de Aeronaves	220.000
	Derrame e/ou Vazamento Tubulações Hidráulicas	1.100.000
TOTAL		64.956.247


27) EVENTOS MÉDICOS-HOSPITALARES – INFORMAÇÃO REGULAMENTADA PELA ANS

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do 4º trimestre de 2017 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01/11/2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço pré-estabelecido.

EVENTOS MÉDICO HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR (Preenchimento com valores líquidos de Glosas, Recuperação por Co-Participação e Outras Recuperações)

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido – Carteira de Planos Individuais/ Familiars pós Lei

DESCRIÇÃO	CONSULTA MÉDICA	EXAMES	TERAPIAS	INTERNAÇÕES	OUTROS ATENDIMENTOS	DEMAIS DESPESAS	TOTAL
Rede Própria	10.267.069	2.779.865	126.136	18.149.279			31.322.349
Rede Contratada	20.097	6.990.366	4.715.422	15.078.696			26.804.581
Reembolso	194.139						194.139
Interc. Eventual	6.181.444						6.181.444
TOTAIS	16.662.749	9.770.231	4.841.558	33.227.975	-	-	64.502.513


Dr. Julio Cesar Teixeira Amado
Diretor Presidente


Dr. Nelson de Almeida
Diretor Administrativo e Financeiro


Delcia Helena Pinto dos Santos
CRC 1SP169889/O-0
Contadora

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Cooperados da Unimed São José dos Campos – Cooperativa de Trabalho Médico

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da **Unimed São José dos Campos – Cooperativa de Trabalho Médico**, identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **Unimed São José dos Campos – Cooperativa de Trabalho Médico** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à **Unimed São José dos Campos** e **sua controlada** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanhamas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

► Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- ▶ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- ▶ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- ▶ Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- ▶ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- ▶ Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2018.

Ápice Auditores Independentes S/S
CRC 2SP020.790/0-4

Paulo Rogério de Azevedo
Contador - CRC1SP 192.653/0-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Unimed São José dos Campos – Cooperativa de Trabalho Médico, com base no artigo 56 da Lei no 5764/71, no artigo 163 da Lei no 6404/76, e nos termos dos artigos 102 e 103, inciso XII do Estatuto Social, examinaram as demonstrações contábeis elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, compostas do Balanço Patrimonial, Demonstrações de Sobras e Perdas, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

As demonstrações contábeis foram auditadas pela ÁPICE AUDITORES INDEPENDENTES S/S, que emitiu parecer datado de **14 de fevereiro de 2018**, sem ressalvas.

Após analisarem as demonstrações contábeis e, em função das atividades de fiscalização dos atos do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, realizadas ao longo de 2017, os membros do Conselho Fiscal da Unimed São José dos Campos são de opinião de que as demonstrações contábeis representam a posição patrimonial e financeira da Cooperativa e se encontram em condição de aprovação.

São José dos Campos, 22 de fevereiro de 2018.



Dr. Alexandre de Souza Muassab
Coordenador do Conselho Fiscal



Dra. Maria das Graças M. de Andrade Brum
Conselheiro Fiscal – Titular



Dr. Luiz Carlos de Souza Menezes
Conselheiro Fiscal – Titular



Dr. Adel Charaf-Eddine
Conselheiro Fiscal – Suplente



Dr. Cesar Augusto Carneiro Pinto
Conselheiro Fiscal – Suplente



Dr. Eduardo Cunha Costa Marques
Conselheiro Fiscal – Suplente

DF 2017

UNIMED SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

**DEMONSTRATIVO
FINANCEIRO**



ANS - Nº 33187.2

Av. Dr. Nelson D'Ávila, 1365 - Jd. São Dimas
CEP 12245.030
Central de Atendimento ao Cliente
0800-7274141

www.unimedsjc.coop.br